

Sarney: Governo pode desistir do casuísmo

30 JUL 1981

BRASÍLIA — O Governo poderá desistir de promover mudanças substanciais na legislação eleitoral, admitiu ontem, publicamente, o presidente do PDS, senador José Sarney, em virtude da escassa maioria parlamentar de seu partido na Câmara e no Senado.

O governador de Pernambuco, Marco Antônio Maciel, que o visitou, defendeu a extensão da sublegenda à eleição de governador e de senador e elogiou o relatório do partido sobre a Reforma Eleitoral, criticado pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. Em determinado momento de sua conversa com os repórteres, ele fez votos para que as alterações na legislação sejam votadas, ainda, este ano. Negou, porém, que, com isso, estivesse insinuando a possibilidade de seu adiamento.

Já o presidente José Sarney, inuando sobre as razões pelas quais o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, ainda, não iniciará contatos com as oposições em torno da matéria, preferiu responder genericamente:

"Nós cumprimos nossos prazos. Tivemos até 15 de julho para oferecer os resultados do trabalho da Comissão da Reforma e o prazo foi antecipado. Achamos que a matéria não pode ser mais protelada, mesmo que seja para a decisão de não haver modificação nenhuma".

Os jornalistas o interromperam, indagando: pode deixar de haver reformas? O dirigente máximo da agremiação situacionista confirmou:

"Pode. Sempre expressei o ponto-de-vista de que nossa limitação numérica pode inviabilizar sua votação pelo Congresso".

Sarney descarta, porém, a hipótese

de que a reforma da legislação eleitoral seja aprovada por decurso de prazo:

"Matéria dessa natureza, que interessa a todo o mundo político, certamente terá a participação de todos, o que exclui a hipótese da aprovação por decurso de prazo".

"A reforma hoje — disse — está entregue ao Poder Executivo, uma vez que ela interessa não apenas à minha, mas a toda as agremiações. Não haverá uma reforma do PDS e, sim, a atualização da legislação eleitoral, capaz de viabilizar formalmente o pleito de 1982 com a elaboração de leis, destinadas à regulamentação da eleição direta, objeto de Emenda Constitucional votada pelo Congresso".

Ele elogiou o trabalho da comissão partidária, alegando que ela "evitou que florescessem tentações prorrogacionistas, sob a argumentação de uma caótica legislação eleitoral, existente nos textos atuais".

"Através de seu trabalho — prosseguiu — a comissão mostrou que infundadas eram as acusações que eram dirigidas ao PDS de interessado em casuismos eleitoral e no tratamento atético de uma tarefa de tão grande importância".

Sarney assim enarrou as críticas feitas no Palácio do Planalto — de não oferecer soluções objetivas e no Ministério da Justiça — de propor fórmulas impraticáveis, ao relatório da comissão:

"Não conheço essas críticas e acho que qualquer documento político suscita controvérsias. Dificilmente, consegue tratamento unânime. Devemos ressaltar sua fidelidade, em registrar que o partido não chegou ao consenso em torno da extensão da sublegenda, da vinculação de votos e da proibição de coligações".